

Veredictum

CADERNOS DE DIREITO DA FASB

Número 3, jul./dez. 2020

eISBN 2675-5289 — pISBN 1983-6236

NUPPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO,
PESQUISA E EXTENSÃO



Textos publicados nesta em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições desde que os trabalhos originais sejam corretamente citados.

FUNDAÇÃO FRANCISCO DE ASSIS
Presidente: Lay Alves Ribeiro

NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO, PESQUISA E EXTENSÃO - NUPPE
Coordenação: Dr. Valci Vieira dos Santos

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Ademar Bogo, Faculdade do Sul da Bahia, Teixeira de Freitas, Brasil
Dra. Ana Cláudia Pompeu Torezan Andreucci, Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP, Brasil
Dr. Dimas P. Duarte Júnior, Universidade Tiradentes/UNIT, Sergipe, Brasil
Dr. Eumar Evangelista de Menezes Júnior, NPDU/UniEVANGÉLICA, Anápolis, Brasil
DR. Luiz Carlos de Assis Jr., Faculdade do Sul da Bahia, Bahia, Brasil
Dra. Olga Suely Soares de Souza, Universidade Estadual da Bahia, Brasil
Dra. Rejaine Silva Guimarães, Universidade Rio Verde, Goiás, Brasil
Dr. Vincenzo Durante, Università di Padova, Itália

EDITORES

Wilbett Oliveira (Nuppe/Faculdade do Sul da Bahia, Brasil)
Valci Vieira dos Santos ((Universidade Estadual da Bahia, Brasil)

INDEXAÇÕES/DIRETÓRIOS

Diadorim (IBICT)
Latindex
LivRe
Sumários.org
Google Scholar

Veredictum: cadernos de Direito da Fasb

Ano 2, n. 3 - jul./dez. - 2020
Teixeira de Freitas, BA.
eISBN 2675-5289 — pISBN 1983-6236

1. Publicação Periódica - Faculdade do Sul da Bahia

CDD 050

© 2020 Núcleo de Pós-graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade do Sul da Bahia (Fasb). Permitida a reprodução parcial ou total por qualquer meio de impressão, em forma idêntica, resumida, parcial ou modificada, em língua portuguesa ou outro idioma, desde que citada a fonte.

NUPPE
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO,
PESQUISA E EXTENSÃO



Correspondências:

Rua Sagrada Família, 120 - Bela Vista
Teixeira de Freitas, BA
CEP 45997-014
(73) 3011.7000 - ramal 7005
www.veredictum.org — E-mail: revistaveredictum@ffassis.edu.br

SUMÁRIO

EDITORIAL, 4

ARTIGOS

1 A DOSIMETRIA DA PENA A PARTIR DA CRIMINOLOGIA CRÍTICA, 7

Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo

2 O COLAPSO NO SISTEMA PENITENCIÁRIO DO SUL DA BAHIA: O DEVER DO ESTADO
E AS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS, 21

Ademar Bogo

Sérgio Santos

Rosélia Fagundes

3 A VIOLÊNCIA CONTRA MULHER SOB UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA,
SOCIOLOGICA E JURÍDICA EM TEMPO DE PANDEMIA DO COVID 19, 45

Olga Suely Soares de Souza

Marta Cleri da Silva Santana

Rodrigo de Oliveira Figueredo Ferreira

Thays Wockel

4 MOEDAS VIRTUAIS EM FLUXO NO BRASIL: AUSÊNCIA DE FORMAS
E O JOGO LEGISLATIVO, 57

Eumar Evangelista de Menezes Júnior

Daniel Gonçalves Mendes da Costa

Vitor Carneiro Marques Rosa

5 DA INEXIGIBILIDADE DO TÍTULO JUDICIAL QUE CONDENA ADVOGADO
POR LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ NO DIREITO DO TRABALHO, 73

Philippe Vieira Afonso

ENSAIO

6 Diálogos entre direito e literatura no conto *Na Colônia Penal*, de Franz Kafka
Valci Vieira dos Santos, 87

EDITORIAL

O número 3 da **Veredictum: cadernos de Direito da Fasb** vem consolidar a ideia primeva do Núcleo de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão da Faculdade do Sul da Bahia (Fasb) que é a disseminação dos saberes resultantes de pesquisas nas diversas áreas do Direito.

A partir deste número, o seu Conselho Editorial amplia-se significativamente com a colaboração dos professores Dra. *Ana Cláudia Pompeu Torezan Andreucci* (Universidade Presbiteriana Mackenzie, SP), Dr. *Dimas P. Duarte Júnior* (Universidade Tiradentes/UNIT, Sergipe, Brasil), Dr. *Eumar Evangelista de Menezes Júnior* (NPDU/UniEVANGÉLICA, Anápolis), Dra. *Rejaine Silva Guimarães* (Universidade Rio Verde, Goiás,) e Dr. *Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo* (Universidade Federal Fluminense), a quem agradecemos imensamente.

4

No artigo que abre este número 3 da **Veredictum**, **A dosimetria da pena a partir da criminologia crítica**, Carlos Eduardo Oliva de Carvalho Rêgo (Doutor em Ciência Política (Teoria Política) Universidade Federal Fluminense) discute criticamente a Dosimetria da Pena e as etapas de seu procedimento trifásico, em uma apreciação criminológica. Analisa circunstâncias judiciais, legais, e o sistema de majorantes e minorantes, além dos critérios de substituição de Pena Privativa de Liberdade em Pena Restritiva de Direitos, e de concessão de suspensão condicional da pena e do processo. Na concepção deste autor, para valorizarmos a vida de qualquer pessoa que esteja tendo uma pena fixada por um juiz é necessário compreendermos bem e criticamente todas as etapas desse processo e fugirmos a qualquer justificativa da pena com os argumentos do senso comum, especialmente aqueles de ordem moral, para alicerçarmos na Criminologia como aporte teórico para atingirmos esta finalidade. O autor postula também em sua análise uma discussão da Dosimetria da pena que nos permite não nos confundirmos com o dever-ser do Direito Penal, mas com a dimensão do ser, do real, buscando apontar as incongruências de porosidades existentes no procedimento da Dosimetria e as possibilidades de conversão de penas e de suspensão condicional da pena ou do processo, que muitas vezes pode esbarrar nas crenças do juiz.

Em **O colapso no sistema penitenciário do sul da Bahia: o dever do estado e as parcerias público-privadas**, o professor Dr. Ademar Bogo

(Doutor em Filosofia - PPGF/UFBA) e os coautores Sérgio Santos e Rosélia Fagundes (Bacharéis em Direito pela Faculdade do Sul da Bahia) investigam como vem sendo implantadas as Parcerias Público-Privadas no sistema prisional em colapso, observando em que medida o Estado tem cumprido com o dever expresso no artigo 1º, inciso III, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – postulado central do ordenamento jurídico pátrio, um fundamento axiológico sob o qual está constituído o Estado Democrático de Direito: dignidade da pessoa humana, aos que encontram-se subsumidos nas barbáries do sistema prisional brasileiro especificamente. Trata-se de um estudo bibliográfico com consulta a documentos disponíveis e escritos de autores sobre a temática, bem como o suporte de dados e opiniões extraídas de entrevistas realizadas com autoridades vinculadas ao sistema prisional no Sul do Estado da Bahia. Os resultados evidenciados apontam que as Parcerias Público-Privadas no Sul da Bahia vêm sendo implantadas parcialmente devido à opção pelo sistema de cogestão que é apenas um estágio intermediário entre o papel de encarcerar e a responsabilidade de reeducar o apenado. Tendo em vista as condições de superlotação dos presídios, o pouco envolvimento dos presos nos programas e o alto índice de reincidência, o sistema carcerário no Sul da Bahia, em estado de colapso, precisa de urgente reformulação.

Em **A violência contra mulher sob uma perspectiva histórica, sociológica e jurídica em tempo de pandemia do Covid 19**, Olga Suely Soares de Souza (Doutora em Educação pela Universidade Federal da Bahia), Marta Cleri da Silva Santana, Rodrigo de Oliveira Figueredo Ferreira e Thays Wockel (Acadêmicos do curso de Direito da Faculdade do Sul da Bahia) analisam o ser mulher, sob a perspectiva histórica, sociológica e jurídica e apresenta, de forma breve, um panorama sobre o atendimento à mulher vítima de violência, em Teixeira de Freitas, BA. Identificam as conquistas femininas em relação às mudanças das leis, considerando as modificações na Constituição Federal, no Código Penal e Civil, além de destacar as contribuições da Lei Maria da Penha. Por meio de uma pesquisa bibliográfica, analisam também os conceitos, teorias e legislações referentes a esta temática. Para tal, realiza uma revisão bibliográfica composta pelos principais teóricos, a saber: Leila Linhares Barsted e Boaventura de Sousa Santos. Os coautores utilizaram, também as informações da Agência Patrícia Galvão, que protegem e analisam dados e situações, dentro deste contexto. Concluem que a apresentação de leis e decretos que regulamentam e asseguram os direitos da mulher, com a intenção de refletir e compreender o porquê da permanência da violência contra esse grupo, visando a uma sensibilização social.

Em **Moedas virtuais em fluxo no Brasil: ausência de formas e o jogo legislativo**, Eumar Evangelista de Menezes Professor e pesquisador do NPDU – Grupo Direito e Políticas na UniEVANGÉLICA, Anápolis, Goiás), Daniel Gonçalves Mendes da Costa (Especialista em Direito Tributário - UniEVANGÉLICA, Anápolis, Goiás) e Vitor Carneiro Marques Rosa (Bacharelado em Direito (UniEVANGÉLICA, Anápolis, Goiás) apresentam as moedas virtuais e descrevem simultaneamente as dificuldades para com sua regulamentação no Brasil, seguindo uma análise descritiva o trabalho é instrumentalizado por abordagem dedutiva somado a procedimentos bibliográfico e documental. O estudo demonstra os efeitos da desvinculação do dinheiro das formas padrões a partir do surgimento das Moedas Virtuais, contribuindo para com a comunidade jurídica frente a ausência de forma jurídica, colocando em pauta a necessidade emergencial de regulação e regulamentação.

A partir do questionamento sobre a força do Trânsito em Julgado de uma decisão judicial deve exigir seu cumprimento ainda que eivada de injustiça, ilegalidade ou inconstitucionalidade, Philippe Vieira Afonso aborda sobre a inexigibilidade do título judicial em que condena advogado pela prática de litigância de má-fé (Configurando ilegitimidade passiva) sem atendimento aos preceitos legais e constitucionais, com enfoque na legislação trabalhista. Para este autor, o Ordenamento Jurídico Brasileiro é conhecido nacionalmente, ou até mesmo em escala internacional, pela sua infinidade de recursos existentes.

Valci Vieira dos Santos, Doutor em Estudos Literários/Literatura Comparada (UFF), em seu ensaio intitulado **Diálogos entre direito e literatura no conto Na Colônia Penal, de Franz Kafka** postula que o estudo do Direito, por meio da Literatura, tem cada vez mais atraído estudantes, professores e pesquisadores que veem nessa interlocução uma profícua fonte para o desenvolvimento do conhecimento jurídico. As narrativas literárias, com suas variedades linguísticas, têm ampliado os horizontes de sentidos e significados de textos de cunho jurídico, auxiliando-os na interpretação de seus fenômenos. Para este pesquisador, o conto Na colônia penal, de Franz Kafka (2011) é exemplo de narrativa que possui importantes reflexões para os estudos jusliterários. Agradecemos à Mantenedora - Fundação Francisco de Assis -, ao Conselho Editorial e aos colaboradores por mais este número

Valci Vieira dos Santos

Wilbett Oliveira

[Editores]